

INSTITUTO SANTO TOMÁS DE AQUINO

Arlaton Luiz Soares de Oliveira

**O PODER DO LOGOS:
uma leitura do elogio de Helena**

Belo Horizonte
2012

Arlaton Luiz Soares de Oliveira

**O PODER DO LOGOS:
uma leitura do elogio de Helena**

Monografia apresentada ao curso Licenciatura em Filosofia do Instituto Santo Tomás de Aquino, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Orientador: Dr. Antônio Geraldo Cantarela

Belo Horizonte
2012

Oliveira, Arlaton Luiz Soares de
O48f O poder do logos: uma leitura do elogio de Helena / Arlaton Luiz Soares de
Oliveira, Belo Horizonte, 2012.
40 f.

Orientadora: Antônio Geraldo Cantarela
Monografia (Graduação) - Instituto Santo Tomás de Aquino,
Licenciatura em Filosofia. 2012.

1. Filosofia antiga. 2. Logos. 3. Helena. 4. Filosofia da linguagem.
5. Górgias. I. Cantarela, Antônio Geraldo. II. Instituto Santo Tomás
de Aquino. III. Título

CDU: 1(38)

Arlaton Luiz Soares de Oliveira

**O PODER DO LOGOS:
uma leitura do elogio de Helena**

Monografia apresentada ao curso Licenciatura em Filosofia do Instituto Santo Tomás de Aquino, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Filosofia.

Prof. Dr. Antônio Geraldo Cantarela (Orientador) - ISTA

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2012.

*A meus pais,
amigos e confrades que caminham sempre comigo.*

AGRADECIMENTOS

Bendito seja Deus por me conceder a graça de nascer em uma família amorosa que, com muito carinho, me educou. Quero agradecer meus pais, Maria Aparecida e Luiz Braz, pelo amor incondicional que tiveram para comigo desde minha tenra idade. A meus irmãos, Cibele, Henrique e Maria Vitória, que nutro especial afeição e carinho.

Agradeço de modo especial a meus confrades da Província de Santa Cruz que caminham comigo no seguimento do Evangelho de Cristo ao modo de Francisco de Assis e, de modo mais particular, meus irmãos que moram comigo: Waldelir, Ronilson, José Roney, Adenilton, Bruno, Oton, Vicente Ronaldo, Fernando, Humberto, Agmar, Kauê, José Bandeira, Eduardo Vely, Eduardo Metz e Eron.

Aos amigos que fiz durante o curso, pela verdadeira amizade que construímos. De modo particular a “Máfia”: Adriano, Maksuel, Jerry, Leandro, Tailer, Paulo. Agradeço por todos os momentos que passamos durante esses três anos. Sem eles essa trajetória não seria tão prazerosa e divertida.

Ao meu orientador, professor Antônio Geraldo Cantarela, pelo ensinamento e dedicação dispensados no auxílio à concretização dessa monografia.

A Iaramar, por sua singular ternura, disponibilidade e atenção a mim dada na revisão metodológica deste trabalho.

A direção do Instituto Santo Tomás de Aquino, bem como aos funcionários que compõem a família ISTA, de modo especial Porcina, Lívia, Cibele, Rosa, Kelle, Viviani, por sua amizade e carinho.

A todos os professores do curso de Filosofia que me ensinaram, durante esse tempo de formação, a reaprender a ver o mundo com olhos críticos fascinados pela beleza da existência humana. Grande valor, a meu ver, tem o homem que conduz alguém a reaprender a ver o mundo. Ele é digno de chamar-se mestre.

Por fim, gostaria de agradecer a todos que contribuíram direta ou indiretamente na construção deste trabalho.

A extraordinária beleza duma coisa oculta manifesta-se quando pintores experientes não a podem representar com suas experimentadas cores. Então o seu importante esforço e a sua grande fadiga patenteiam um testemunho maravilhoso do esplendor que permanece oculto. E quando, momento após momento, a sua obra consegue chegar ao fim, então aquilo que nenhuma mão toca, nenhum olho vê, como o pode a língua expressar ou a orelha do ouvinte perceber? (GÓRGIAS, 1993).

RESUMO

Esta monografia realizou uma análise do conceito de logos gorgiano tomando como ponto de referência a ênfase no poder da Retórica sustentada por Górgias de Leontini na obra “O Elogio de Helena”. Esse elogio traz sobre seu bojo o poder de convencer do discurso persuasivo, que se sustenta na possibilidade da “construção do mundo” que a palavra possui. Este trabalho aborda a função política e educativa dos sofistas situados em Atenas no século V a.C., na chamada era democrática de Péricles. Além de buscar uma justificação do logos, palavra persuasiva a partir de três teses fundamentais de Górgias: nada é; se fosse não poderia ser pensado; e se pensado, não poderia ser comunicado; como uma reação à pretensão da construção de um discurso como reflexo fidedigno da realidade.

Palavras-chave: Filosofia antiga. Logos. Helena. Filosofia da linguagem. Górgias.

ABSTRACT

This monograph made an analysis on the concept of gorgian logos taking into consideration the emphasis in the rhetoric power supported by Gorgias de Leontini in the title “Encomium of Helen”. This compliment brings the power to convince taken from the persuasive speech, that is based on the possibility of “world construction” that the word has. This work approaches the political and educational function from the sophists located in Athens in the 5th century BC, during the Pericles democratic age. Besides looking for an explanation of the logos, persuasive word from three fundamental Gorgias’ thesis: nothing is; if it was it could not be thought; and if thought, it could not be communicated; as a reaction to the intention to build a speech as a trustworthy reflex of the reality.

Key-words: Old philosophy. Logos.Helen .Philosophy of language.Gorgias.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 SÉCULO V a. C.: A ERA DE OURO DA PALAVRA NA PÓLIS GREGA.....	12
2.1 A ÁGORA E A DEMOCRACIA GREGA.....	12
2.2 A ERA DE OURO DA GRÉCIA: PERÍODO CLÁSSICO.....	13
2.3 FATORES ECONÔMICOS QUE INFLUENCIARAM O ADVENTO DE ATENAS	13
2.4 FATORES POLÍTICOS DE ORDEM EXTERNA.....	14
2.5 FATORES POLÍTICOS DE ORDEM INTERNA.....	15
2.6 OS SOFISTAS.....	18
2.7 GÓRGIAS DE LEONTINI.....	20
3 O LOGOS PERSUASIVO: UMA LEITURA DO ELOGIO DE HELENA.....	22
3.1 O ELOGIO DE HELENA.....	23
3.2 ANÁLISE DA ESTRUTURA DO“ELOGIO DE HELENA”	24
3.2.1 Exórdio ou Prólogo.....	25
3.2.2 Narração.....	25
3.2.3 Prova.....	27
3.2.4 Peroração ou Epílogo.....	33
4 O LOGOS GORGIANO.....	35
4.1 A TEORIA DA INCOMUNICABILIDADE DO SER.....	36
4.1.1 Nada é.....	37
4.1.2 Nada pode ser pensado.....	38
4.1.3 Nada pode ser comunicado.....	39
4.2 AS MÚLTIPLAS CARACTERÍSTICAS DO <i>LOGOS</i>	41
4.2.1 Ethos.....	41
4.2.2 Kairós.....	42
4.2.3 Pathos.....	42
4.2.4 Logos.....	43
5 CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

Em um regime político democrático, toda decisão passa pelo intermédio da palavra. Para que uma proposta seja reconhecida como constitucional e aprovada pela multiplicidade de participantes em uma assembleia, deve ser discutida e conseguir convencer a maioria. Se aprovada, será adotada por todos.

A democracia, sustentada por um sistema de governo, como, por exemplo, o presidencialista ou o parlamentar, possui mecanismos de distribuição horizontal do poder político e, conseqüentemente, articula os poderes do Estado Executivo e o Legislativo segundo o crivo da discussão e a aprovação da maioria dos participantes de uma assembléia.

Esse modelo de governo encontra-se baseado na estrutura democrática ateniense, que atingiu seu auge na segunda metade do século V a.C. Ela repousava-se sobre os princípios da *isonomia* (igualdade de direitos), *isegoria* (igualdade de palavra) e *isocracia* (igualdade de poder), que garantia a participação de todos os considerados cidadãos nas decisões da *pólis*.

Dessa forma, é compreensível que haja uma grande importância dada ao discurso, ao domínio da palavra na cidade ateniense. A linguagem assume um lugar privilegiado na *ágora* grega. Toma-se consciência do poder existente na retórica, o que explica a demanda pelo serviço de profissionais da linguagem, os sofistas.

Grandes nomes surgem nesse período, como Protágoras de Abdera, Hípias de Elis e Górgias de Leontini. Este último destaca-se na educação dos jovens atenienses tomando como aspecto privilegiado o ensino da retórica. De tal forma que, nos seus discursos transparece seu elogio ao discurso persuasivo como uma arte que se iguala ao poder divino, que pode produzir nos ouvintes desde sentimentos diversos até a sua forma última de poder que é a modelagem da opinião por meio da criação de realidades passíveis de serem cridas.

Nesse sentido, o discurso Elogio de Helena pode ser um grande condutor para essa reflexão que traz sobre seu bojo o poder de convencer contido no “logos” gorgiano, ou seja, no discurso persuasivo de Górgias e que se sustenta na possibilidade da “construção do mundo” que a palavra possui.

Desse modo, o objetivo deste trabalho será analisar o poder do discurso (*logos*) gorgiano tomando como ponto de referência a ênfase no poder da Retórica sustentada por Górgias de Leontini na obra “O Elogio de Helena”.

Para tal abordagem, este trabalho pretende em seu primeiro capítulo fazer uma memória histórica do século V a. C, considerado como “Século de Péricles”. Além de situar

os sofistas como profissionais da linguagem e promotores da educação do homem grego para o desempenho da cidadania democrática.

No segundo capítulo, faz-se uma análise da obra “Elogio de Helena” de Górgias de Leontini, enfatizando a intuição gorgiana sobre o poder do discurso que modifica as opiniões referentes a fatos, mesmo que estes sejam conhecidos pelos ouvintes.

E por fim, no terceiro capítulo faz-se uma reflexão sobre o *logos* a partir das três teses fundamentais de Górgias (Nada é; se fosse não poderia ser pensado; e se pensado, não poderia ser comunicado), contidas em testemunhos a seu respeito, que são organizadas em uma obra denominada “Sobre a natureza” ou “Sobre o Não-ser”. Além de explicitar os artifícios do *Logos* que o possibilita a ter liberdade de formular “mundos”, de criar realidades, pois não possui a obrigatoriedade de dizê-las em si mesmas.

2 SÉCULO V a. C.: A ERA DE OURO DA PALAVRA NA PÓLIS GREGA

A *ágora* foi o maior símbolo da democracia na cidade grega no auge da estrutura política do século V a.C.. Ela era o centro privilegiado da *pólis*, nome dado à cidade grega, onde o exercício da palavra era fundamental. Nesse ambiente aberto, os discursos de diversos pensadores, políticos e oradores ecoaram e mobilizaram multidões. Em torno de uma ordem do dia, o povo discutia, estabelecia leis e julgava sob o critério da maioria.

Com a necessidade de formar indivíduos capazes de, por sua eloquência, convencer a maioria presente na praça, surgiram os profissionais da linguagem, que foram denominados “sofistas”. Seu foco de atuação era evidentemente na *ágora*, seja na declamação de um elogio ou discurso, seja no ensino, cujo objetivo estava ligado ao exercício da palavra na *pólis*.

2.1 A ÁGORA E A DEMOCRACIA GREGA

Enquanto elemento de constituição urbana, a *ágora* manifestava-se como espaço público por excelência. É nela o centro comercial e onde ocorriam as discussões políticas e os tribunais populares. Como nos afirma Glotz em seu livro História Econômica da Grécia:

Mas o centro do comércio interior é a *ágora*. Aí palpita durante todo o dia a vida política, social e econômica da grande cidade. Nas extremidades da praça erguem-se as repartições dos magistrados, com os editais que atraem os curiosos. A multidão abriga-se debaixo dos pórticos de finas colunatas. Passa diante dos frescos do ilustre Polignoto e afluí aos ‘hermes’, onde os homens de negócio debatem as cotações, os interessados pela política discutem a ordem do dia da próxima assembleia, os basbaques ouvem os pregoeiros públicos, os ociosos cavaqueiam, agitando os seus bordões nodosos, os jovens elegantes fazem flutuar com gracilidade as pregas das suas compridas túnicas brancas. (GLOTZ, 1973. p.254).

Esse ambiente de ação política, econômica e social entre os cidadãos gregos (homens acima de 20 anos e nascidos na cidade. Mulheres, crianças, estrangeiros e escravos ficaram fora das decisões da assembleia), teve a cidade de Atenas como arquétipo. Isso foi devido a reformas nas leis que regiam a *pólis* reduzindo a participação do poder político no areópago, um conselho soberano de anciãos provindos da mais alta classe aristocrática de Atenas (os Eupátridas).

Eles eram detentores das melhores terras e rebanhos e haviam derrubado a monarquia em meados do século VIII a. C.. Destituíram a figura do rei (*basileus*) que detinha as funções de chefe religioso, militar e jurídico. O poder foi posto nas mãos de uma oligarquia (governo

de um pequeno número de pessoas) de nobres, os chamados Arcontes e somente os Eupátridas podiam tornar-se arcontes e, portanto, membros do Areópago.

A *ágora* no século V a.C. tirou de cena o Areópago, pertencente à elite aristocrática grega, para se tornar o coração da *pólis* e abrigar o palco, o cenário de um novo estilo de governo surgir: a democracia.

Segundo a visão grega clássica, a democracia era a forma de governo fundamentada, sobretudo no ideal da igualdade entre os cidadãos. Era caracterizada pelo governo feito pela intervenção direta dos indivíduos nas decisões na *ágora*. O poder estava sob a maioria que decidia os rumos da *pólis*. Esse sistema político foi fruto de um processo social e econômico que mudou o quadro político de Atenas nos séculos VI e V a. C..

2.2 A ERA DE OURO DA GRÉCIA: PERÍODO CLÁSSICO

O surgimento de uma forma de governo e uma estrutura social e política de qualquer Estado não advêm, como diziam os medievais, “*exnihilo*” (do nada). Há toda uma construção estrutural motivada por fatores econômicos, mudanças sociais, expansões territoriais, motins, guerras, etc. Mas o marco para a consolidação da democracia na Grécia foi o século V a. C., conhecido como “Século de Péricles”. O governo de Péricles foi responsável por ampla modernização, ampliação dos vínculos comerciais, enriquecimento e disseminação do padrão político democrático de Atenas.

A modernização e o fortalecimento de Atenas ocorreram devido a fatores de ordem econômica, de ordem política interna e externa, que influenciaram o crescimento da *pólis* mais famosa da Grécia.

2.3 FATORES ECONÔMICOS QUE INFLUENCIARAM O ADVENTO DE ATENAS

A economia de Atenas desse período era fundamentalmente escravista, cuja força se exprimia no comércio e na agropecuária. Na cidade, havia manufatura de produtos como tecidos e artigos em cerâmica e vidro. Na área rural, a população dedicava-se às atividades agropastoris: cultivo de oliveiras, videiras, trigo, cevada e criação de rebanhos de cabras, ovelhas, porcos e cavalos.

O comércio exterior era intenso com as colônias e cidades-estados espalhadas por toda a Hélade. A isso há uma explicação geográfica.

A agricultura foi sempre mais reduzida devido às condições geográficas e climáticas da Grécia continental. O relevo de Atenas é em sua grande parte montanhoso, com litoral muito recortado, o que constitui muitas baías e golfos. O clima mediterrâneo é muito misturado, pois é temperado e seco no verão e chuvoso no inverno. O que proporciona poucos terrenos férteis. As terras mais férteis pertenciam à classe mais abastada, os Eupátridas.

Com a impossibilidade de estabelecer grandes plantações, a força econômica ateniense se baseou no comércio. Houve assim grande desenvolvimento da frota naval de Atenas, estimulado pelo comércio e pela utilização da moeda.

A Grécia, como um todo, no século Va.C., parece ter ultrapassado todos os períodos antecedentes na produção da agricultura, da indústria e do comércio. Mas a transformação, em Atenas, importou em uma revolução econômica que tem sido descrita como uma passagem de uma economia de uma cidade-estado para uma economia de um império. (KERFERD, 2003, p. 23).

2.4 FATORES POLÍTICOS DE ORDEM EXTERNA

Desde o século VI a.C., as cidades-estados gregas já eram influentes em muitas regiões banhadas pelo Mediterrâneo. Muitas colônias foram criadas nas regiões como Sicília e sul da Itália, no sul da França, na costa da Península Ibérica, no norte de África e nas costas do mar Negro.

As cidades-estado na Grécia eram autônomas. Porém, algumas cidades se destacaram como lideranças e acabaram por interferir na vida política das cidades sob sua proteção. Como ocorreu em Atenas e Esparta. Até aconteceu de Esparta interferir na vida política de Atenas. (MOSSÉ¹ apud MOURA, 1981). Esparta, de certa forma, influenciou na queda da Tirania de Hípias em Atenas, em 510 a. C. O golpe foi feito pelo rei de Esparta (Cleômedes), convocado pelos aristocratas atenienses. Assim, abriu-se caminho para a ascensão de Clístenes em 508 a. C.. Clístenes foi um dos estadistas que lançaram as bases para o surgimento da democracia.

Desse modo, as relações entre as cidades-estado foram mais solidificadas e estreitas principalmente com a criação de duas ligas: a Liga de Delos e do Peloponeso.

A Liga de Delos foi capitaneada por Atenas com o propósito de reunir as cidades gregas contra os persas, que desde 490 a. C. estavam em guerra com os gregos. Essa guerra, (que foram três), ficou conhecida como “Guerras Médicas”.

¹MOSSÉ, Claude. **Atenas: a história de uma democracia.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1979.

A liga do Peloponeso foi liderada por Esparta. Ela foi criada mediante a uma insatisfação da cidade de Esparta apoiada por outras cidades descontentes. Essa insatisfação foi gerada por causa do aproveitamento econômico que Atenas ganhava em benefício próprio cobrando altas taxas de impostos à Liga de Delos. Essa “artimanha econômica” possibilitou que Atenas se enriquecesse e se modernizasse, espalhando sua superioridade sobre as cidades gregas e as colônias na Ásia Menor.

Tal posicionamento gerou o descontentamento das cidades que se sentiram “exploradas”, de modo particular, Esparta. Esse “mal estar” mais tarde desencadeou um conflito entre as duas ligas, dando origem à Guerra do Peloponeso, em 431 a. C..

Com o surgimento dessas duas ligas, as cidades que as lideravam se tornaram centros políticos, militares e econômicos da Grécia.

Maior destaque obteve Atenas, que se tornou um centro de convergência de muitas cidades e, com destaque de uma metrópole, atraiu muitos estrangeiros desejosos de conseguirem uma oportunidade de enriquecimento e ascensão social. Foi um ambiente favorável para a instalação de profissionais de diversos tipos, atuando no comércio, na construção de edifícios públicos e na educação da população.

2.5 FATORES POLÍTICOS DE ORDEM INTERNA

Com a ascensão de Atenas como uma das principais cidades-estado da Grécia clássica, o ambiente citadino mudou consideravelmente. Grandes construções foram realizadas, monumentos foram erguidos, como templos, teatros, pórticos, estátuas. etc. A parte mais baixa da cidade, onde localizava-se a *ágora*, começou a ser um centro por onde transitavam comerciantes, poetas, artesãos, políticos e estrangeiros.

Assim, como houve um efeito de mobilidade urbanística, também houve seu correspondente na política. O enriquecimento dos que se dedicavam às atividades comerciais, industriais; e o sucesso militar da infantaria pesada (os Hoplitas), nas guerras médicas, ante a cavalaria que era destinada aos nobres, fez com que novas classes surgissem e reivindicassem o poder destinado somente aos aristocratas.

A cidade foi palco de uma grande mobilidade social, seguida da criação de “partidos políticos” ligados às classes sociais. As lutas de forças desses “partidos” eram manifestas na criação de leis e nas nomeações de seus representantes como legisladores. O processo de

democratização ateniense é demarcado segundo as mudanças estruturais das leis empreendidas sob a legislação de nomes como Sólon, Clístenes e Péricles.

Sólon (638 a.C. – 558 a.C.), empreendeu a abolição da escravatura por dívidas, criou um conselho de 400 pessoas (*Boulé*), composto por cidadãos maiores de 30 anos à razão de 100 representantes por tribos. Dividiu assim a *pólis*, não por critério de nascimento, mas por renda econômica. Também criou um tribunal de justiça composto por mais ou menos 6 mil cidadãos recrutados das diversas classes. Com essas reformas, Sólon deu um “pontapé” inicial para a construção do regime democrático.

Outro legislador foi Clístenes(565 a.C. – 492 a.C.), que após o regime da Tirania de Pisístrato, de 546 e 527 a.C., realizou a reorganização do conselho dos 400 para 500 membros (a *boulé*) e regulamentou a *Eklesia*, que era formada pelo corpo total dos considerados cidadãos, possuindo total soberania e poder de decisões. Aristóteles citado por Glotz (1968, p.135), afirma que a soberania nessa estrutura democrática, abrange “o direito de paz e de guerra em que está implícito o direito de firmar e denunciar aliança, o direito de legislar, o direito de infringir pena de morte, o exílio e o confisco, o direito de examinar as contas do Estado”.

Glotz, ao examinar as atribuições, funcionamento e composição da *Eklesia*, ainda descreve sobre quatro funções dadas à assembléia:

À *Eklesia* estão, portanto, afetos: 1º) as relações exteriores; 2º) o poder legislativo; 3º) a parte mais importante e, especialmente, a parte política do poder judiciário, ficando subentendido que as questões que ela não conserva para si passam a ser da alçada dos tribunais diretamente emanados do povo; 4º) o controle do poder executivo, ou seja, a nomeação e a fiscalização de todos os magistrados. (GLOTZ, 1968, p. 135).

Clístenes empreendeu reformas que complementaram a legislação de Sólon, conduzindo Atenas para o ápice de sua estrutura democrática que terá em Péricles o seu marco. “Este não criou a democracia ateniense: criou as condições que iriam permitir o nascimento da democracia. Tornando todos os cidadãos iguais perante a lei- uma lei que, daí em diante, seria a expressão da vontade de todo o povo.” (MOSSÉ, 1979, p. 33).

As reformas nas leis atenienses constituíram terreno fértil para a sistematização da soberania da assembleia. A lei ateniense, conhecida e aprovada pelo povo, constituía seu maior marco e segurador da igualdade entre os cidadãos. Este princípio de igualdade alcançou destaque durante o governo de Péricles (461-429).

A liderança de Péricles não foi uma época marcada por reformas espetaculares. Verifica-se, no entanto, aperfeiçoamentos que fizeram da democracia ateniense uma construção harmoniosa, em que a satisfação dos interesses do *demos* estava salvaguardada. (FERREIRA, 1992, p. 105).

A democracia neste período repousava-se sobre o princípio de *isonomia* (igualdade de direitos entre cidadãos), que garantia a participação de todos os considerados cidadãos nas decisões da *pólis*. Nesse preceito está intrínseca a ideia de liberdade, entendida para o grego clássico como a faculdade do cidadão de exercer sua cidadania no espaço público. Assim o cidadão, condição social para que haja liberdade, possuía o requisito para exercício político.

Este processo de participação só era possível graças à *isegoria* (igualdade de palavra), que era concedida aos cidadãos nas assembléias. “Nas reuniões da Assembléia e do Conselho dos Quinhentos, o arauto perguntava: ‘quem deseja tomar a palavra?’” (FERREIRA, 1992, p. 109).

Na visão de Kerferd, dois princípios fundamentais caracterizavam a democracia pericleana. O primeiro princípio, o de *isocracia* (igualdade de poder) se refere ao poder de decisão nas mãos de todo povo e não em uma pequena parte do conjunto dos cidadãos. “Em termos práticos, o primeiro princípio era expresso no poder da assembléia e dos conselhos de massa e a extensão gradual do sistema de seleção por sorteio para a maioria das magistraturas municipais.” (KERFERD, 2003, p. 33).

E o segundo aspecto era o de magistratura acessível a todas as classes, sob a seguinte recomendação: que cargos com direito de aconselhar e agir em nome do povo pudessem ser confiados aos mais competentes e mais capazes de desempenhar essas funções.

De acordo com nossas leis, somos todos iguais no que se refere aos negócios privados. Quanto à participação na vida pública, porém cada qual obtém a consideração de acordo com seus méritos e mais importante é o valor pessoal que a classe a que se pertence; isto quer dizer que ninguém sente o obstáculo de sua pobreza ou da condição social inferior, quando seu valor o capacite a prestar serviços à cidade. (PERICLES apud MOURA, 1981, p.121).

Esses dois aspectos acentuaram a importância dada ao discurso, ao domínio da palavra na cidade ateniense. Desse modo, a linguagem assume um lugar privilegiado na *àgora* grega. Toma-se consciência do poder existente na retórica, o que explica a demanda pelo serviço de profissionais da linguagem, os sofistas.

Os sofistas ofereceram à democracia grega uma formação eficiente que possibilitaria aos homens o ingresso na carreira política e na vida pública em geral. “Mas como a finalidade principal continuava sendo a de preparar homens para uma carreira na política, não é de se

surpreender que uma parte essencial da educação oferecida fosse treinar para a arte do discurso.” (KERFERD, 2003, p. 35).

Houve assim, principalmente na primeira metade do século V, uma explosão de profissionais da linguagem atraídos a Atenas. Os sofistas supriram uma necessidade social e política de uma cidade em mudança social e desenvolvimento político, econômico e intelectual. Mas, o que foi o movimento sofista?

2.6 OS SOFISTAS

Com o desenvolvimento da cidade ateniense do século V, toda a produção intelectual que era feita nas colônias Jônicas, na Ásia menor e na Itália se confluía na *pólis* ateniense propiciando a imigração de professores, poetas, sábios que trouxeram novos modos de pensar.

O movimento sofístico respondeu a uma época de mudanças sociais, políticas econômicas, culturais e educacionais que fizeram deles famosos na história do pensamento e da sociedade grega.

Os sofistas não foram um grupo filosófico coeso como as escolas eleáticas ou pitagóricas, mas possuíam características comuns como o relativismo e o ceticismo epistemológico e moral, além da formação dos jovens dando valor à arte retórica. Segundo Guthrie, os sofistas eram até rivais, competindo entre si em favor do público, mas possuíam pontos em comum.

Não se pode, pois, falar deles com uma escola. De outro lado, pretender que filosoficamente nada tinham em comum é ir longe. Partilhavam da perspectiva filosófica geral descrita na introdução sob o nome de empirismo, e com este haveria um ceticismo comum sobre a possibilidade do conhecimento certo, em razão tanto da inadequação e falibilidade de nossas faculdades como da ausência de uma realidade como da ausência de uma realidade estável para ser conhecida. Todos igualmente acreditavam na antítese entre natureza e convenção. Podem diferir em sua avaliação do valor relativo de cada uma, mas nenhum deles sustentaria que leis, costumes e crenças religiosas humanas eram inabaláveis porque enraizados numa ordem natural imutável. (GUTHRIE, 2007, p. 49).

Esses profissionais adotaram o termo “sofista” relacionado com as palavras *Sophos* e *Sophia* que comumente se traduz por sábio e sabedoria, o que de modo geral no ambiente grego, está relacionado a qualidades intelectuais, espirituais ou técnicas.

Pierre Hadot, no segundo capítulo de seu livro “O que é a Filosofia Antiga?”, cujo título é “O surgimento da noção de Filosofar”, ao tratar dos primeiros pensadores que antecederam Platão e Aristóteles, traz uma série de significados que a palavra *Sophia* ao longo

da história foi abarcando, perpassando desde Homero até chegar à concepção de um “saber-fazer” na vida política. “Meu ofício - dizia o epitáfio de Trasímaco- ‘é a Sophia’.”(HADOT, 2004, p. 45). Este conceito tornou-se um distintivo dos sofistas no século V a. C..

Os sofistas tinham em comum o recebimento de honorários por seu trabalho de mestres educacionais, atitude duramente criticada por Platão em seus diálogos, pois vendiam a *areté*, a “virtude”, em troca de dinheiro. A título de exemplo, pode-se ver o diálogo entre Sócrates e o sofista Antífion descrito nos “Memoráveis”, de Xenofonte:

De outra feita, disse Antifão a Sócrates,

-Sócrates, creio-te justo, mas não de todo sábio. Aliás, parece-me comungares comigo nesta opinião. Não aceitas dinheiro por tuas lições. Entretanto, a ninguém darias nem venderias por preço inferior ao que valem teu manto, tua casa nem nada do que possuísse que reputas de algum valor. Claro é que, **se estimasses igualmente tuas lições, far-te-ias pagar o que valem.** És, portanto, honesto, de vez que não enganas por cupidez, porém não é sábio, já que nada sabes que valha o que quer que seja.

Ao que Sócrates respondeu:

- Antifão, não é coisa corrente entre nós poder fazer-se tanto da beleza quanto da sabedoria emprego honesto ou vergonhoso? **Quem chatina com a beleza com quem lha queria pagar se chama um prostituído.** Mas aquele que, conhecendo um homem amante da virtude, procura fazer-se seu amigo, consideram-no sensato. **O mesmo sucede em relação à sabedoria:os que com ela traficam com quem lha queira pagar se chamam sofistas ou prostituídos.** Aquele, porém, que reconhecendo em outrem um bom caráter lhe ensina tudo o que sabe de bem e esse faz seu amigo, reputam-no fiel aos deveres do bom cidadão. (XENOFANTE apud, citado por Pensadores- **Memoráveis II.** VI 11-14.1980, p. 56,grifo nosso).

O que os sofistas tinham a oferecer causava estranheza aos olhos de Sócrates, pois esses profissionais davam a todos que pudessem pagar o ensino da virtude, não mais baseado na *Paidéia* tradicional, ou seja, na educação baseada nos poetas, na ginástica, na música e na gramática e muito menos a *areté* era um atributo perpassado de geração em geração próprio da nobreza, dotada de qualidades físicas, espirituais e morais tais como a bravura, a coragem, a força, a destreza, dentre outros.

Agora, se molda um novo ideal de educação impulsionado pelo fazer político. Passa-se a uma formação do homem grego baseada na arte retórica em função do desempenho da democracia ateniense. Forma-se uma *areté* política fundamentada no saber, mas não um saber absoluto advindo de conhecimentos imemoriais, e sim num saber prático, na técnica do discurso persuasivo.

Grandes nomes surgem como Protágoras de Abdera, Hípias de Elis, Pródico de Ceos, Trasímaco da Calcedônia, Górgias de Leontini e tantos outros, em atividade na Atenas democrática de Péricles do Século V a. C. Esses homens, hábeis educadores e oradores se adequaram perfeitamente na esfera democrática deste período, formando os cidadãos para o exercício da vida pública, viabilizado graças ao exercício da palavra, que, por sua vez, se fundamentou no discurso persuasivo.

A instrução dos sofistas era em forma de “exibições” dadas a conferências públicas ou a pequenos grupos. Essas exhibições eram configuradas da seguinte maneira geralmente:

Primeiro, era realizado um discurso denominado epidíctico, que consistia em um elogio ou uma censura a um determinado tema, geralmente ligado à mitologia, ou a uma cidade e seus habitantes, a uma exaltação de alguma virtude.

A exposição podia tomar formas de perguntas e respostas em estilo lacônico, ou seja, feitas de forma breve, por fim, eram retomados os temas e eles eram revistos e argumentados de forma contrária ou contraditória. Essa técnica é denominada “*Antilógica*” e foi muito utilizada por Protágoras de Abdera em seus discursos.

Eu [Protágoras] afirmo, sim, que a verdade é exatamente como eu escrevi; que cada um de nós é medida das coisas que são e que não são: mas há uma diferença infinita entre homem e homem, justamente por isso, as coisas aparecem e são para um de um modo, para outro de outro. E estou longe de negar que existam a sapiência e o homem sábio, mas, antes, **chamo sábio aquele que, transformando aquilo pelo que em nós certas coisas aparecem e são más, consiga fazer que estas mesmas coisas apareçam e sejam boas.**(PLATÃO; TEETETO, 1973,p.166, grifo meu).

2.7 GÓRGIAS DE LEONTINI

Górgias (485- 375 a.C.) tinha um estilo livre e improvisado de falar. Ele era natural de Leontini, na Sicília. Guthrie, baseado na tradição, atribui o discipulado de Górgias a Empédocles.² Ele tinha um irmão médico, de nome Heródico que utilizava os poderes de persuasão aplicados na medicina.

Em 427 a.C. Górgias viajou a Atenas, como embaixador, a fim de buscar ajuda dos atenienses numa campanha contra Siracusa. Seu discurso surpreendeu os atenienses a tal ponto, que logo ficou conhecido como um hábil orador.

Ele percorreu a Grécia como outros sofistas e adquiriu bastante popularidade. Possuiu um grande número de discípulos. Dizia que não ensinava virtude, e sim a técnica da

² Cf. GUTHRIE, W.K.C. **Os sofistas**. Tradução João Resende da Costa. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007, p.250.

persuasão. Isócrates se refere a Górgias como o sofista que mais arrecadou dinheiro na época dos sofistas. Ele diz: “Quem na nossa lembrança ganhava mais era Górgias. (...) viveu uma vida longa e dedicou-se a fazer dinheiro”. (ISÓCRATES apud KEFERD, 2003, p.49).

Górgias habilitava seus discípulos a estarem de prontidão para discursar sobre qualquer tema. O bom retórico seria aquele que tinha o poder de convencer os seus ouvintes independentemente de qualquer conhecimento sobre o assunto proposto. “O orador é, sem dúvida, capaz de falar de tudo e contra todos e poderá melhor que ninguém, persuadir a multidão em qualquer assunto que lhe interesse”. (PLATÃO, 2004, p.43).

Górgias não estabeleceu seus ensinamentos em nenhum sistema retórico definido, no entanto, indicava aos seus pupilos passagens literárias para se aprender de cor e imitar, a fim de aplicar esses aprendizados na retórica. Findou seus dias em Larissa, na Tessália, com aproximadamente 108 anos de idade.

Górgias se destaca no movimento sofístico por concentrar todo seu ensino na arte retórica. De tal forma que nos seus discursos transparece seu elogio ao discurso persuasivo:

Um discurso é um grande senhor que, por meio do menor e mais inaparente corpo, leva a cabo as obras mais divinas. Pois é capaz de fazer cessar o medo, retirar a dor, produzir alegria e fazer crescer a compaixão. (GÓRGIAS, 2009, p. 3).

De seus discursos que chegaram até os dias atuais, tem-se acesso a dois: “Apologia de Palamedes” e “Elogio de Helena”. Sobre este último discurso será feito, no segundo capítulo, uma leitura e análise, ressaltando como tal texto aborda a questão do poder de persuasão do *Logos*.

3 O LOGOS PERSUASIVO: UMA LEITURA DO ELOGIO DE HELENA

No capítulo anterior, realizou-se um sobrevoo no século de Péricles, V a.C., perpassando os fatores que contribuíram para o surgimento do sistema democrático na Grécia antiga. Este sistema foi o grande impulsor da valorização da palavra como um meio eficaz para o desempenho da cidadania.

Neste contexto, surgem os profissionais da linguagem, que ensinavam uma nova *areté*, não mais pautada nos costumes tribais, herdados da *physis*, numa ordem imutável que regia toda a organização da *pólis*, mas em novos conhecimentos, em novos valores. Um novo método foi instaurado para a educação dos jovens. Nele, a arte retórica tinha lugar privilegiado.

Dentre grandes nomes que compunham este movimento da palavra, destaca-se Górgias de Leontini que concentrou todo seu esforço intelectual na prática e no ensino retórico. Para ele, a retórica era a mestra de todas as artes, sendo que as demais deviam estar sujeitas ela. “É a que na realidade, constitui o maior de todos os bens, proporcionando a quem a possui ao mesmo tempo liberdade para si próprio e domínio sobre os outros da cidade”. (PLATÃO, 2004, p.32).

O método gorgiano de ensino era tipicamente livre, marcado por uma preleção preparada sobre um determinado tema. Esses discursos eram exercícios retóricos que geralmente traziam em seu bojo aspectos míticos. Logo após, havia invectivas aos argumentos apresentados nos elogios. Como diz Cícero citado por Kerferd:

Protágoras preparava discussões escritas de assuntos importantes, agora chamados lugares comuns. Górgias fazia o mesmo, compondo elogios e invectivas contra determinadas coisas, porque considerava que era essencialmente função do orador ser capaz de aumentar o mérito pelo louvor e diminuí-lo de novo pela invectiva. (KERFERD, 2003, p. 56).

O que Cícero chama de “lugares comuns” são as posições ou pontos de vista a partir dos quais se encontra argumentos necessários ou plausíveis com o intuito de atacar o argumento oponente ou defender a própria tese. Aristóteles em seu livro “A arte retórica” faz uma análise desses “lugares” atribuindo a eles as premissas pelos quais os gêneros retóricos (deliberativo, judiciário e demonstrativo) têm seus silogismos organizados. “Os lugares comuns aplicam-se indistintamente às questões de direito, da física, da política e a muitas outras matérias de espécie diferente.” (ARISTÓTELES, 1959, p.31).

Outra marca importante de sua arte, era a habilidade de suscitar várias perguntas de diferentes espécies ao auditório e respondê-las de improviso. Essa habilidade era possibilitada pelo senso da ocasião, deixando a cargo do orador a adaptação de suas palavras ao seu público e ao momento oportuno.

Essencial para a arte era o senso da ocasião, *kairos*, o tempo certo ou a oportunidade, pois como diz para ele também, sabia ‘o oportuno numa assembléia popular tem as vezes mais sucesso do que os mais pesados esforços de pesquisa e razão’. O locutor deve adaptar suas palavras ao auditório e à situação. (GUTHRIE, 2007, p. 253).

O “Elogio de Helena” constitui um modelo de exercício retórico a ser aprendido pelos discípulos de Górgias. Sobre este discurso, pretende-se fazer uma leitura e análise, ressaltando como tal texto aborda a questão do poder do discurso, e da relação entre verdade e opinião. Para tal tarefa, será utilizada a tradução de Daniela Paulinelli, membro do grupo Anagnósis, da Universidade Federal de Minas Gerais.³

3.1 O ELOGIO DE HELENA

O texto de Górgias é baseado no mito homérico sobre a origem da Guerra de Tróia, no qual, a bela Helena, casada com Menelau, teria fugido com Páris para Tróia (ou teria sido raptada). O conflito entre as duas nações teria começado com a invasão ou o ataque dos gregos a Tróia, com o intuito de recuperar Helena e vingar o “traído” Menelau, embate que teria durado mais de uma década.

Esse texto exemplifica como um elogio era realizado na época sofística. Esse estilo constitui um dos três gêneros retóricos descritos por Aristóteles em sua “Arte Retórica” e é por ele denominado gênero epidítico (*epideixis*). O elogio epidítico, em seu sentido original, *epideixis* significa a “arte de ‘mostrar’ (*deíknymi*) ‘diante’ (*epi*), na presença de um público, de fazer mostra ou ostentação de.” (CASSIN; LOURAU; PESCHANSKI, 1993, p. 38).

A *epideixis* caracteriza por elogiar, elevar as características de um determinado indivíduo, valor, divindade ou cidade. A essa característica, Aristóteles denomina como amplificação, pois nela o “orador toma fatos por alicerces só lhe resta revesti-los de grandeza e de beleza.” (ARISTÓTELES, 1959, p. 68). As fontes de onde se retiram as sentenças que constituirão a matéria para o elogio se encontram no senso comum que estabelece as noções

³A cópia do texto original tem como base a edição grega de DIELS, H.; KRANZ, W. **Die Fragmente der Vorsokratiker**. 6. ed. Berlin: Weidmann, 1952, p. 379-306, v.2. (repr. Dublin/Zurich: 1966).

de belo, virtuoso, justo, entre outros. O contrário se faz na censura. “O elogio tem, portanto, por particularidade o fato de ser simultaneamente o gênero mais retórico, já que apenas ele coloca em jogo o poder do orador sobre o expectador, e o gênero mais ético, já que ele se atribui como tarefa a dicção da excelência, do valor.” (CASSIN; LOURAUX; PESCHANSKI, 1993, p. 40).

O papel dos discursos epidícticos constitui por intensificar e solidificar a adesão aos valores comuns do auditório. Esses valores às vezes não são formulados de forma clara na mente do público. Isso garante ao orador a possibilidade da organização dos valores em conceitos, a fim de possibilitar a transmissão desses, provocando emoções.

Entretanto, o Elogio de Helena possui uma característica peculiar, pois para que o elogio da figura de Helena seja efetuado, se faz necessário que modifique a impressão de uma visão sedimentada que tem em Helena a figura de traidora e causadora do conflito mítico entre gregos e troianos.

Desse modo, Górgias apresenta provas, argumentos que inocentam Helena da Guerra de Tróia, extraídos do universo mítico, moral e social (*ethos*) que sustentam a inocência de Helena.

A essa estratégia argumentativa se juntam mais dois artifícios que possibilitam o sucesso discursivo do elogio. Um deles é a capacidade de produzir emoções ao ouvir o discurso (*pathos*) e o outro é a organização estrutural do próprio discurso (*logos*, entendido como discurso) que possibilita ao ouvinte acompanhar a linha argumentativa, sendo conduzido naturalmente às conclusões tiradas das premissas expostas por Górgias.

Ele, a fim de inocentar Helena, não nega o fato de sua ida a Tróia, mas reorganiza em argumentos as interpretações feitas do fato a partir de valores aceitos pela cultura grega. Convém, para melhor compreensão desses artifícios, fazer uma análise do Elogio de Helena, seguindo sua estrutura passo a passo.

3.2 ANÁLISE DA ESTRUTURA DO “ELOGIO DE HELENA”

O Elogio de Helena apresenta uma organização textual articulada segundo o gênero discursivo denominado epidíctico. Este por sua vez, apresenta-se segundo os seguintes elementos: Exórdio ou Prólogo, Narração, Prova e por último, o Epílogo ou Peroração. Essa estrutura tem por base fundamental a análise clássica do discurso retórico contida na obra “A arte retórica” de Aristóteles.

3.2.1 Exórdio ou Prólogo

Nas palavras iniciais, como em um prelúdio musical, Górgias dá a “tonalidade” de sua empreitada, evocando virtudes ligadas à cidade (virilidade), ao corpo (beleza), à alma (sabedoria), ao ato (excelência) e ao discurso (verdade). Todos esses temas estão entrelaçados ao conceito de ordem, no seu original *kosmos*, nesse caso, referindo-se ao ato de conceder e louvar cada elemento de acordo com o que lhe compete. Nesse sentido, se parece com o conceito de justiça dados por Platão na República ou por Aristóteles na Política.

Note-se que, ao se referir ao discurso, Górgias atribui à virtude da verdade. Sendo erro e ignorância o ato de “reprender coisas louváveis e louvar coisas repreensíveis”.(GÓRGIAS, 2009, p. 1). Nesse sentido, o discurso que se segue ganha o caráter de expositor da “verdade”, ou pelo menos, tem a pretensão de corrigir os enganos em relação ao que é realmente “verdade”.

Em seguida, de modo sucinto, é fornecido o objetivo do discurso, a saber, inocentar Helena das graves acusações a ela correntemente direcionadas:

Eu, porém, pretendo -dando ao discurso alguma lógica- por um lado, fazer cessar a acusação sobre a que foi mal falada; por outro lado, demonstrar que os que a repreendem estão mentindo e expor a verdade [ou] fazer cessar a ignorância. (GÓRGIAS, 2009, p. 1).

Já no prólogo, Górgias remonta ao *ethos* cunhado pelos poetas míticos que trazem uma imagem negativa de Helena, que foi absorvida pela tradição, sob a forma de “crença dos que deram ouvidos aos poetas”. Como Górgias se propõe a modificar esse quadro, se faz mister um retorno à memória de Helena de Tróia. Esse retorno é realizado em breves linhas na segunda parte do discurso, denominada Narração.

3.2.2 Narração

Em poucas linhas o discurso menciona a dupla linhagem de Helena. Ela é filha de Leda, uma nobre mortal e Zeus, cuja paternidade não foi assumida. Sua filiação foi reconhecida por Tíndaro, o mais forte entre os mortais. Essa estirpe a colocava, de um lado, como alguém oriunda da divindade, por outro lado, da aristocracia grega. Sua descendência divina e nobre concedeu a Helena uma ‘beleza semelhante à divina’, e que despertou muitos desejos em grandes homens.

Nascida destes, tinha beleza semelhante ao divino, a que recebendo e não ocultando manteve. Muito desejo de amor produziu em muitos e com um só corpo reunia muitos corpos de homens que pensavam grande sobre grandes coisas. Dos quais tinham uns, grande riqueza; outros, boa reputação da antiga linhagem; outros, boa constituição do próprio vigor; outros, o poder da sabedoria adquirida. E vinham todos, tanto pelo amor ávido de vitória, quanto pela invencível avidez de honra. (GÓRGIAS, 2009, p. 2).

O texto implicitamente menciona a história da aventura amorosa do príncipe troiano Páris com Helena, mas se nega a relatar o caso, pois como ele mesmo diz, “aquele que, então, e porque e como saciou o amor tomando Helena, não direi; pois o dizer aos que sabem coisas que sabem tem credibilidade, mas não traz deleite.”(GÓRGIAS, 2009, p. 2).

É interessante notar bem a expressão “trazer deleite” na última oração desse período descrito acima, Górgias prefere não descrever os fatos já conhecidos, mesmo tendo consciência que este feito dá mais credibilidade a retórico e ao discurso.

Essa estratégia argumentativa vai ao encontro do princípio de narrativa de Aristóteles, pois segundo ele, em seu tratado sobre a Retórica na parte que se refere sobre a narração em um discurso⁴, é de suma importância se “evitar a narração de todos os fatos uns após os outros, porque tal demonstração causa dificuldades à memória.” (ARISTÓTELES, 1959.p.239).

A narração de um determinado fato demonstra o nível de conhecimento de um orador referente ao campo discursivo, ou em outras palavras, ao *ethos* pertencente de determinada região e tema específico.

Porém, corre-se o risco de causar desatenção no ouvinte e a sensação enfadonha de escutar algo já conhecido. É mais prazeroso ouvir fatos novos ou narrados de maneira diferente. Esse feito aguça a curiosidade do público, que volta sua atenção à maneira como é narrado determinado fato.

Por isso, Górgias parte do pressuposto do conhecimento da mítica aventura amorosa, se preocupando apenas em elogiar a origem nobre e divina e a descomunal beleza de Helena. Em seguida anuncia que fará a exposição das “causas pelas quais era natural que acontecesse a viagem de Helena a Tróia.” (GÓRGIAS, 2009, p. 2).

⁴Cf.: ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro. 1959, p. 239.

3.2.3 Prova

Este bloco constitui-se o centro do discurso, pois é nele que se fornecem os argumentos que possibilitarão a efetiva empreitada de inocentar Helena. São consideradas quatro possíveis causas para o comportamento dela: “Pois, ou por (a) determinação da Sorte e por deliberação dos deuses e por decreto da Necessidade fez o que fez, ou (b) foi raptada à força, ou (c) persuadida pelos discursos, ou (d) surpreendida pelo amor.” (GÓRGIAS, 2009, p. 2).

a) Se a ação de Helena foi obra do Destino, da Necessidade ou fruto da vontade divina:

Neste primeiro argumento, o recurso ao *ethos* mítico, ao “lugar-comum” religioso, possibilita a retirada de algumas hierarquias de valores que constroem um silogismo hipotético baseado em axiomas religiosos, ou seja, sentenças tidas como verdadeiras, universais e necessárias, presentes na cultura religiosa grega.

Um exemplo de axioma religioso pode ser percebido na seguinte afirmação do texto: “Um deus é mais forte do que o homem em força e em sabedoria e nas outras coisas”. Esta afirmação aliada à proposição de que é natural o mais fraco ser conduzido pelo mais forte, fundamenta a argumentação que logo tem seu desfecho. Helena, nesse caso, não seria culpada, pois:

Se foi, então, por causa do primeiro, o causador merece ser acusado, pois o ímpeto de um deus, por precaução humana, é impossível impedir. Pois não é natural o mais forte ser impedido pelo mais fraco, mas o mais fraco pelo mais forte ser governado e conduzido, e o mais forte conduzir, mas o mais fraco seguir. Um deus é mais forte do que o homem em força e em sabedoria e nas outras coisas. Se, então, deve-se atribuir a causa à Sorte e ao deus, deve-se absolver Helena da infâmia. (GÓRGIAS, 2009, p. 2).

b) Se Helena foi levada à força, raptada:

Nesse segundo argumento, é nítido o apelo emocional usado para causar compaixão por Helena e sentimento de ódio por Páris, além da sensação de indignação diante da situação de infortúnio que a bela jovem passou. Se ela foi levada à força, foi conseqüentemente ultrajada, o que a coloca como vítima de uma injustiça.

Nesse argumento, o *pathos* é o artifício que tem por objetivo colocar Helena como vítima. Este artifício retórico busca desencadear emoções ou afetos no auditório. Percebem-se essas estratégias argumentativas nas expressões “à força raptada”, “injustamente ultrajada”, “ilegalmente forçada”.

Segundo Aristóteles, os sentimentos, as paixões são as causas que introduzem mudanças nos juízos. Ele analisa, em seu tratado a “Arte Retórica”, algumas causas que provocam compaixão nos ouvintes. Dentre as que ele denomina “males do Destino” e “causas dolorosas e destruidoras”, há omal de “ser arrancado de seus amigos e familiares” como “situação lastimável”⁵. Esse sentimento é de certa forma induzido por Górgias na seguinte citação:

Mas a que foi forçada e privada da pátria e orfanada dos queridos, como poderia não ser, naturalmente, mais digna de comiseração do que de maledicência? Pois ele cometeu atos terríveis, ao passo que ela sofreu; justo, então, lamentá-la, mas odiá-lo. (GÓRGIAS, 2009, p. 3).

Nota-se na citação acima uma desgraça lastimável para o homem grego. Perder sua pátria e seus entes queridos representa para o imaginário dos ouvintes a pior condenação que um cidadão pode sofrer. Ser exclustrado (receber a pena de ostracismo) era o maior temor de Sócrates, a tal ponto de desejar a morte a viver fora da *pólis*. No diálogo com Críton, Sócrates, ao evocar as leis e o Estado, dando voz a eles, questiona a proposta de fuga de Críton como se fosse sua, e dando voz as leis, é repreendido:

Vanglorias-te então de que não te custava nada ter de morrer, afirmando que preferias a morte ao exílio, e agora sem te envergonhar destas palavras nem te incomodares conosco, as leis, tentas destruir-nos, procedendo como procederia o escravo mais vil, tentando fugir apesar de nossos acordos e do compromisso que assumistes conosco de viver como um cidadão. (SÓCRATES apud PLATÃO, 1997, p. 64).

Por conseguinte, igual pena deveria receber quem cometeu tamanha injustiça a Helena. Para Górgias, “merecedor, então, o bárbaro que empreendeu um empreendimento bárbaro, tanto pelo discurso, quanto pela lei e ainda pelo ato, de alcançar pelo discurso, acusação; pela lei, privação de direitos; pelo ato, penalidade.” (GÓRGIAS, 2009, p. 3).

⁵ Cf.: ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Ed. Difusão Européia do Livro. 1959. p.128.

c) Se Helena foi persuadida e enganada pelo discurso (*logos*):

Esse trecho constitui-se o núcleo do discurso, nele é exposto o que pode ser chamado doutrina sobre o poder do *logos* persuasivo. Esquemáticamente é organizado da seguinte forma: apresentação do *logos*, descrição de algumas experiências emocionais incitadas pelo discurso, o poder do *logos* sobre a opinião, seguido de três exemplos.

Neste terceiro argumento, Górgias o discorre mais longamente, pois ele se empreita a provar como é possível livrar da culpa Helena, segundo este terceiro caso, persuadida a fazer o que quer que seja que tenha feito.

Em primeiro lugar, Górgias apresenta o discurso como “um grande senhor que, por meio do menor e mais inaparente corpo, leva à cabo as obras mais divinas. Pois é capaz de fazer cessar o medo, retirar a dor, produzir alegria e fazer crescer a compaixão.” (GÓRGIAS, 2009, p. 3). Nesse trecho é dado ênfase ao poder do *logos* que consegue produzir sentimentos em seus ouvintes. Isso pode ser percebido com a alusão que o texto faz à poesia, equiparando-a ao discurso:

É preciso, porém, também por meio da opinião, expor aos que estão ouvindo: toda poesia, tanto julgo, quanto nomeio, um discurso que tem metro, pela qual vem aos ouvintes um tremor que rodeia o medo, uma compaixão que abunda em lágrimas e uma saudade que se compraz no lamento. Diante de coisas alheias - dos feitos e dos corpos com boas sortes e reveses - uma certa afecção particular, por meio dos discursos, a alma experimenta. (GÓRGIAS, 2009, p. 3).

Outro atributo dado ao discurso é o poder mágico, advindo dos deuses que age sobre as almas entregues à opinião.

Com efeito, os encantamentos inspirados pelos deuses por meio dos discursos tornam-se introdutores de prazer, desvios de dor. Pois, encontrando com a opinião da alma, o poder do encantamento enfeitiça, persuade e altera a alma por sortilégio. (GÓRGIAS, 2009, p. 4).

Este feitiço do *logos* tem grande poder sobre os homens, pois massageia a alma com palavras que trazem prazer, satisfação, com o intuito de alterá-la, modificá-la. Ceder aos encantos diante de algo prazeroso não é muito difícil. Um exemplo mitológico pode servir para ilustrar o poder sedutor que transforma os indivíduos que se deixam envolver por ele.

Na Odisséia de Homero, que relata as peripécias de Ulisses e seus companheiros em retorno a sua pátria, após a Guerra de Tróia, encontra-se, no capítulo X, o relato da experiência que os argonautas tiveram na ilha de Circe.

Ulisses e sua tripulação ao chegarem na Ilha de Eana, depararam-se com um palácio rodeado de árvores. Ulisses enviou seus homens para verificar as condições de hospitalidade, pois notou que a ilha estava deserta.

Ao se aproximarem do palácio, os gregos viram-se rodeados de leões, tigres e lobos. De dentro do palácio vinha uma música suave e o canto de uma bela voz de mulher. Quando entraram, ela os recebeu e eles de nada desconfiaram, exceto Euríloco, o chefe da expedição.

A deusa serviu vinho e iguarias. Enquanto eles se divertiam, Circe tocou-os com uma varinha de condão e eles se transformaram imediatamente em animais servientes ao bel prazer de Circe.

Nos trechos 9 e 10, Górgias introduz uma palavra chave que será o “ponto de Arquimedes” argumentativo para a garantia do poder do discurso sobre a alma: a opinião.

A Opinião, (*doxa*) é, de certo modo, escorregadia, claudicante, de modo que o *logos* tem poder de agir sobre a alma humana. Górgias prossegue com uma com a proposição hipotética de que se a maioria dos homens é incapaz de recordar o que de fato aconteceu, ou de investigar o presente, ou de adivinhar o futuro, na maioria das questões, eles usam a Opinião (*doxa*) como conselheiro para suas almas.

Se, com efeito, todos acerca de todas as coisas tivessem tanto memória do passado, quanto noção do presente e ainda presciência do futuro, não seria semelhantemente semelhante o discurso, aos que, agora, não é acessível nem lembrar o passado, nem examinar o presente, nem pressagiar o futuro. De modo que acerca de muitas coisas a maioria apresenta à alma a opinião como conselheira. (GÓRGIAS, 2009, p. 4).

Essa opinião, contudo, não é confiável e pode fazer a pessoa tropeçar e cair, com consequências infelizes para si mesmas. Desse modo, o discurso é capaz de agir persuasivamente nessa opinião porque a opinião não é conhecimento e, por isso, é possível modificá-la.

Górgias finaliza a consideração declarando a inocência de Helena e atribuindo ao *logos* que a persuadiu a culpa atribuindo a ele o mesmo poder da necessidade, ludibriando-a a acreditar nas coisas ditas e concordar com os atos feitos:

Que motivo, então, impede de julgar que também Helena, semelhantemente, foi subjugada pelos discursos, não voluntariamente, mas como se tivesse sido arrebatada por força das mais fortes? Pois a disposição da persuasão, por um lado, de maneira nenhuma parece com a necessidade; por outro lado, tem o mesmo poder. Com efeito, o discurso que persuadiu a alma constrangeu a que persuadiu tanto a acreditar nas coisas ditas, quanto a concordar com as coisas feitas. (GÓRGIAS, 2009, p. 4).

Na sequência do argumento, Górgias fornece três exemplos de como a opinião pode mudar conforme a situação ou discurso.

No primeiro, é apresentado o caso dos que discutem os corpos celestes, os *meteroloi*. Estes substituem uma opinião por outra, removendo uma e formando outra em seu lugar, e fazem com que as coisas que não se veem, e às quais falta credibilidade, se tornem aparentes aos olhos da opinião. “é preciso compreender primeiro pelos discursos dos metereólogos, os quais, opinião contra opinião alguma, suprimindo; outra, produzindo, fazem aparecer coisas inacreditáveis e inevidentes aos olhos da opinião.” (GÓRGIAS, 2009, p. 5).

O segundo caso é quando o *logos* está em debate com outro *logos*, como numa disputa em tribunais. Um discurso é considerado melhor que o outro, pela sua composição e pela capacidade de deliciar e persuadir uma grande multidão. “Segundo, pelos necessários combates por meio dos discursos, nos quais um só discurso, escrito com arte, não proferido com verdade, deleita e persuade uma grande multidão.” (GÓRGIAS, 2009, p. 5).

O terceiro caso é aquele em que um filósofo disputa com outro filósofo. Aqui a rapidez do pensamento obviamente facilita alterar a credibilidade da opinião em questão. “Terceiro, pelos conflitos dos discursos dos filósofos, nos quais se mostra também a rapidez do juízo que faz cambiável a credibilidade da opinião”. (GÓRGIAS, 2009, p. 5).

Com esse imenso poder, o *logos* é comparado ao efeito das drogas medicinais. “Têm a mesma relação tanto o poder do discurso para o ordenamento da alma, quanto o ordenamento dos fármacos para a natureza dos corpos.” (GÓRGIAS, 2009, p. 5).

Assim como diferentes drogas têm diferentes efeitos sobre o corpo: algumas curam doenças, e outras põem fim a vida, alguns discursos causam sofrimentos, outros prazer e outros medo; alguns instilam confiança e coragem nos ouvintes, enquanto outros envenenam e seduzem a alma com uma espécie de persuasão perversa.

A comparação da persuasão com remédios medicinais sugere que Górgias deseja distinguir dois tipos de persuasão, uma boa e uma má. Será, então, a segunda persuasão que operou no caso de Helena, tornando-a inocente e injustiçada.

d) Se Helena foi surpreendida pelo amor:

Neste último argumento, Górgias salienta a ligação do Amor com a vista, ou seja, com as impressões sensoriais que temos no instante de um contato visual com seres ou objetos (no caso, um contato visual de Helena com o bárbaro), impressões muitas vezes perigosas, pois

podem omitir os aspectos negativos do que se apresenta diante de nós e, assim, enganar o olhar.

Esse argumento, de caráter cético, constitui, de certo modo, uma intuição a respeito do conhecimento sensível bastante interessante. Vinte séculos depois, alguns nomes da Filosofia Moderna como Descartes, Hume e Kant se debruçaram sobre a relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, ou melhor, sobre a Teoria do Conhecimento.

Górgias estabelece um hiato entre o mundo em si e a percepção que se tem dele. “Pois as coisas que vemos têm uma natureza, não a que nós queremos, mas a que calhou a cada uma; por meio da visão a alma é marcada também em seus modos”. (GÓRGIAS, 2009, p. 5).

Para dar continuidade ao argumento, Górgias prossegue descrevendo o exemplo da experiência de um campo de batalha, onde a visão de um exército bem equipado causa terror aos inimigos.

Imediatamente, pois, quando quer que corpos inimigos e formação bélica sobre inimigos, com equipamento de bronze e de ferro, tanto de proteção, quanto de ataque, a vista os contemplar, é perturbada e perturba a alma, de modo que, frequentemente, do perigo do porvir, como se fosse presente, fogem sobressaltados. (GÓRGIAS, 2009, p. 6).

Outro exemplo muito interessante é o dos traumas adquiridos com a visão de coisas terríveis que fazem com que as pessoas sintam no presente, os mesmos sentimentos vividos no passado, turvando a razão.

Alguns, logo após terem visto coisas temíveis, perdem também o senso do presente na presente ocasião, de tal modo o medo extingue e exclui a percepção. Muitos caem em sofrimentos vãos e em doenças terríveis e em loucuras incuráveis, de tal modo a visão inscreveu no pensamento imagens dos acontecimentos vistos. E muitas coisas apavorantes são omitidas, mas as coisas omitidas são semelhantes, precisamente, às coisas ditas. (GÓRGIAS, 2009, p. 6).

Logo após se referir às experiências sensoriais que imprimem na mente sensações que produzem a perda do senso do presente, Górgias dá o exemplo dos pintores que “deleitam a vista, pois a criação de estátuas de homens e a fabricação de imagens de deuses oferecem aos olhos uma contemplação agradável” (GÓRGIAS, 2009, p.6), concluindo que “muitas coisas, em muitos, produzem amor e desejo de muitos feitos e corpos.”

Ao fazer menção aos enganos que a visão pode ser levada por muitas coisas, produzindo amor e desejo, Górgias facilmente introduz o caso de Helena, levada pela visão e pelo desejo por seu amado, nesse trecho chamado de Alexandre. Ela não teria culpa se seu “olho sentiu um ímpeto e transmitiu à alma o conflito do amor.” (GÓRGIAS, 2009, p. 7).

O poder que o amor tem sobre a alma é impressionante, comparado ao poder da vontade divina, “se o que é deus tem o divino poder dos deuses, como o mais fraco seria capaz de o pôr para correr e se defender?” (GÓRGIAS, 2009, p. 7).

Ao final do mesmo argumento, Górgias dá uma curiosa definição do amor, como “uma doença humana e um desconhecimento por parte da alma”, de tal modo que se ela apaixonou-se “não se deve imputar como erro, mas se deve julgar como infortúnio”. (GÓRGIAS, 2009, p. 7).

3.2.4 Peroração ou Epílogo

Górgias faz um questionamento que possibilitará a retomada das quatro possíveis causas que teriam influenciado Helena a agir como agiu: “Como, então, considerar justa a reprimenda à Helena?” A recapitulação das causas é feita em forma de pergunta: “Esta que, ou enamorada, ou persuadida pelo discurso, ou raptada à força, ou constrangida pela necessidade divina, fez o que fez?” (GÓRGIAS, 2009, p. 7).

É interessante notar o término do discurso. Assim como no prólogo, Górgias fornece ao ouvinte seu duplo objetivo: “dissipar a injustiça da reprimenda e a ignorância da opinião”.

Note-se que um dos objetivos é a ignorância da opinião. Por não ser conhecimento, a opinião não é estável e nem se fundamenta em bons argumentos sustentados na “verdade” ou na probabilidade mais plausível.

Ora, como é possível haver opiniões errôneas, ignorantes, se os fatos são inquestionáveis? Helena deixou seu esposo Menelau e uniu-se a Páris, em Tróia. A existência da opinião, e por sua vez, de opiniões que sejam falsas, ou mais ou menos plausíveis, demonstra que a relação entre o pensamento, o discurso e os fatos não é das mais simples.

Exige um certo grau de organização e reorganização do fato em pensamento e este por sua vez em palavras. O poder do *logos* se caracteriza neste processo de organização, de certo “jogo” de palavras que, se bem articuladas garantem a adesão do auditório à idéia apresentada. Sob essa ótica, é possível compreender a última frase de seu discurso: “(...) quis escrever o discurso, por um lado, como um elogio de Helena, por outro lado, como um brinquedo.” (GÓRGIAS, 2009, p. 7).

Ao deparar-se com esse discurso surgem alguns questionamentos: Existe a possibilidade de conhecer a verdade? Qual a relação entre o real e o discurso? O que é mais importante, o fato em si ou a opinião sobre ele? As pessoas agem segundo as opiniões ou

segundo verdades universais? Como a retórica tem poder sobre a opinião das pessoas? E se existe o real, como é possível transformá-lo em engano?

Tais indagações nunca foram devidamente respondidas ao ponto de serem cessadas. Porém, sabe-se que a única forma de transmissão de um certo dado da realidade, que por sua vez, é construído em representações mentais é a linguagem. Daí resulta a preocupação com a forma com que se apresenta determinado fato.

Existem então, três áreas que se relacionam entre si: Mundo, pensamento e linguagem. Qual é o elo entre os três âmbitos? O *logos*. Uma melhor concepção de seu múltiplo significado pode ajudar na compreensão da complexidade dessa relação. Mediante o exposto, se faz necessário no terceiro capítulo deste trabalho uma explicitação da função do logos, seu poder sobre a opinião e sua fundamentação epistemológica, tomando por viés a concepção filosófica gorgiana.

4 O LOGOS GORGIANO

No Elogio de Helena há uma interessante intuição sobre o poder do discurso que modifica as opiniões referentes aos fatos, mesmo que estes sejam conhecidos pelos ouvintes. Esse poder repousa-se sob uma concepção de que o discurso não possui a obrigatoriedade de dizer o mundo em si mesmo. Nesse sentido, o *logos* porta uma liberdade expressa em suas inúmeras possibilidades de formular “mundos”.

Essa formulação é entendida numa dupla instância: interpretação e expressão. A interpretação no Elogio de Górgias advém da vivência particular, da experiência sensorial, que “*per si*” não garante a verdade do mundo. O que existe é uma forma particular de sentir o mundo. Desse modo, nota-se, como visto no capítulo anterior, um hiato entre o mundo em si e a percepção que se tem dele. “Pois as coisas que vemos têm uma natureza, não a que nós queremos, mas a que calhou a cada uma; por meio da visão a alma é marcada também em seus modos”. (GÓRGIAS, 2009, p. 5).

A expressão por meio da linguagem é rica de possibilidades. Existem diversos modos de exprimir um juízo, uma constatação sobre um determinado fato ou objeto. Em Górgias, a construção de um discurso possui um modo próprio cujo intuito é dar prazer. “Aquele que, então, e por que e como saciou o amor tomando Helena, não direi; pois o dizer aos que sabem coisas que sabem temcredibilidade, mas não traz deleite”. (GÓRGIAS, 2009, p.2).

Nesse aspecto, o discurso de Górgias se aproxima da poesia ao demonstrar que ele nada mais faz do que revelar-se a si mesmo ao interlocutor. Sua eficácia consiste no modo como produz o prazer e a adesão do auditório. O poder da palavra em Górgias, que antes estava reservada aos inspirados dos deuses, como os poetas e as pítias, agora pode ser possuído por aquele que tem a habilidade técnica de convencer pelo discurso.

Toda poesia, tanto julgo, quanto nomeio, um discurso que tem metro, pela qual vem aos ouvintes um tremor que rodeia o medo, uma compaixão que abunda em lágrimas e uma saudade que se compraz no lamento. Diante de coisas alheias- dos feitos e dos corpos com boas sortes e reveses -uma certa afecção particular, por meio dos discursos, a alma experimenta. (GÓRGIAS, 2009, p.3).

Até aqui, pode-se perceber uma relação entre mundo, interpretação, linguagem e *logos*. Este possui autonomia diante das instâncias do mundo, retira dele elementos que possibilitam múltiplas significações (*ethos*) e mediante os artifícios retóricos, como o *pathos* e o *kairós* tornam-se uma poderosa forma de expressão humana que modela realidades verossímeis e passíveis à crença.

O discurso gorgiano tem o poder de convencer qualquer um de qualquer coisa, modelando a opinião, graças à incomunicabilidade do ser. Essa posição encontra-se fortemente contrária à visão eleata de Parmênides que une, em seu tratado “Sobre a Natureza”, o pensar, dizer e o ser em sua só coisa. Não há espaço para outra possibilidade, pois o Ser é e o Não-ser não é.

Górgias insere a incomunicabilidade do ser ao apontar as lacunas da teoria de Parmênides por meio de seu “Tratado do Não-Ser”, também intitulado “Sobre a Natureza”. Nesse tratado há três teses fundamentais que podem ser assim descritas: Nada é, se fosse não poderia ser pensado e se pensado, não poderia ser comunicado.

4.1 A TEORIA DA INCOMUNICABILIDADE DO SER

A teoria da Incomunicabilidade do ser pode ser encontrada parafraseada em dois textos que chegaram até os dias atuais: uma em Sexto Empírico, em sua obra “Contra Matemáticos” e outra, em uma obra erroneamente atribuída a Aristóteles, denominada “Sobre Melisso, Xenófanes e Górgias” que comumente é abreviada por MXG.

O objetivo desse tratado é provar que a noção de ser é vazia e inconsistente, de modo que, segundo Kerferd, não há como “aplicar o verbo ‘ser’ a um sujeito sem que surjam contradições.” (KERFERD, 2003, p. 164).

Kerferd (2003) recorre às pesquisas de Charles Kahn para demonstrar que o verbo “ser” em grego não possui uma diferenciação bem delimitada, entre o seu uso absoluto, ou seja, existencial e o seu uso predicativo. Estes dois sinais se remetem a um uso mais fundamental, mais próximo do predicativo que do existencial.

Em outras palavras, Kahn percebeu que, no grego, o uso do verbo ser entre seus modos existencial, como por exemplo, “Pedro é” e predicativo, “Pedro é alto” está mais ligado a um modo próximo da forma “Pedro é alto.”

Kerferd prossegue aplicando essa nova abordagem do verbo ser à teoria de Parmênides, o que possibilita constatar que “Parmênides não estava interessado diretamente na existência e não-existência, mas antes distinguir, entre duas vias, uma positiva na qual dizemos que ‘x é F’, e uma negativa na qual dizemos ‘x não é F’.” (KERFERD, 2003, p. 163).

Abrangendo essa abordagem aos demais filósofos gregos, como por exemplo, Melisso e Zenão, Kerferd chega à conclusão de que eles se preocupavam especialmente com problemas de predicação, que “tendiam antes a considerar como problemas de inferência de

qualidades e características de objetos no mundo real à nossa volta.” (KERFERD, 2003, p. 163).

Seguindo a mesma abordagem, a da predicação, Kerferd a aplica ao “Tratado do Não-Ser” de Górgias, considerando que o uso do verbo ser pode conter contradições não só na forma negativa (x não é F), mas também na forma afirmativa (x é F).

Esta constatação é assegurada quando se cruzam as contradições entre si, de modo que se tem a conclusão de que nada é, e se fosse, não poderia ser pensado e se pensado, não poderia, por intermédio do discurso, atingir a realidade sem encontrar contradições.

A construção das três teses presentes no tratado e de suas proposições que as fundamentam faz seu interlocutor entrar na trama argumentativa, de modo que, passo a passo, é conduzido à conclusão desejada por Górgias.

4.1.1 Nada é

No texto MXG, a primeira tese é anunciada da seguinte forma: “Nem ser nem não-ser é” (PSEUDO ARISTÓTELES apud DINUCCI, 2008, p. 199).

O modo como Górgias argumenta para justificar essa posição é de certo modo confusa ao um primeiro contato, pois o verbo “ser” usado na argumentação é relacionado ao seu sentido existencial e predicativo. Existencial, quando está ligado as expressões Ser e Não-Ser e predicativo quando está como verbo de ligação entre uma forma e outra.

Se, com efeito, o não-ser é não-ser, o-que-não-é em nada seria menos que o-que-é. Pois, tanto o-que-não-é é algo-que-não-é, quanto o-que-é [é] algo-que-é, de modo que as coisas em nada mais são do que não são. Se, no entanto, o não-ser é, o ser, a sua antítese, não é, diz ele. Se, com efeito, o não-ser é, convém ao ser não ser. De modo que, assim, diz [Górgias], não seria coisa alguma, a menos que tanto o ser quanto o não-ser sejam a mesma coisa. Mas, se [são] a mesma coisa, também assim coisa nenhuma seria. Pois tanto o-que-não-é não é quanto o-que-é [não é], já que, justamente, [é] o mesmo que o-que-não-é. Eis aí, então, o argumento dele. (PSEUDO ARISTÓTELES apud DINUCCI, 2008, p. 199).

O que Górgias pretende é emparelhar as opções para o Ser e o Não-Ser de modo que, se são distintos, se tornam a mesma coisa, pois identificam-se quanto ao ser. O Ser e o Não-Ser têm em comum o ser. Se o Não-Ser é o inexistente, ele é alguma coisa, por isso iguala-se ao Ser.

Górgias, ao considerar o Não-ser como ser, faz de seu oposto, o Ser, se tornar o Não-Ser. E isso é absurdo a consideração de coisas opostas como iguais. Ao fazer isso, a

consequência é inevitável: Ao equiparar o Não-Ser com o Ser o nada surge como resultado. Nada é.

O tratado prossegue considerando que se o ser fosse, haveria para ele quatro opções: ou é um, ou é múltiplo, ou é gerado ou não gerado. Essas opções anulam-se a si mesmas, como nos diz Kerferd analisando esse primeiro argumento:

Suponha que algo seja capaz de não ser, o fato de que é (capaz disso) significa que é. Mas se é (tomado como uma alternativa à suposição de que capaz de não ser), aí nos defrontaremos como uma série de opções- ou é um, ou muitos, ou não gerado ou é alguma coisa que foi gerada. Argumentos derivados, em parte, de Zenão e Melissos, são aduzidos para mostrar que nenhuma dessas quatro opções é possível. Se não é nenhuma das alternativas emparelhadas, também certamente não são ambas as alternativas juntas. Se não é nenhuma dessas três possibilidades, não é absolutamente nada, visto que só há essas três possibilidades. (KERFERD, 2003, p. 164-165).

Portanto, nessa primeira tese, a noção de ser porta em si mesma contradições. Essas contradições tornam qualquer discurso fadado à anulação e ao fracasso, se pretende abarcar em si mesmo o mundo, o ser das coisas.

4.1.2 Nada pode ser pensado

No texto MXG, a segunda tese é apresentada da seguinte forma: “Górgias diz que se é, é incognoscível”. Kerferd atribui como principal interesse dessa segunda tese a “maneira como ele abre um contraste, de fato um fosso, entre atos mentais cognitivos (pensamentos, percepções, etc.) e os objetos que eles conhecem ou pretendem conhecer.”(KERFERD, 2003, p. 166).

A argumentação dessa segunda tese pode ser comparada à argumentação do poema parmenídico “Sobre a Natureza”, que declara que ser, pensar e dizer são uma só coisa. Essa é a via da verdade - *alétheia* - e a da doce persuasão que a acompanha. Já a via da opinião não pode ser percorrida porque não pode ser pensada nem dita.

Parmênides estabelece a identificação entre o que é o ser, o que é o pensar e o que é o dizer, de modo que "o que é" é o que pode ser pensado e dito, enquanto que "o que não é" não pode ser pensado nem dito.

Entretanto, Górgias segue uma corrente contrária a Parmênides, distanciando o pensar do ser, se por ventura esse ser fosse. Ele começa dizendo que se adotarmos a posição do ser

sendo, todas as coisas pensadas devem necessariamente ser, independente se são Ser ou Não-Ser:

Com efeito, é necessário que todas as coisas pensadas sejam, e o-que-não-é, já que não é, não pode ser pensado. No entanto, sendo assim, ninguém diria nada falso, diz [Górgias], nem mesmo se diz que carros de guerra combatem no mar. Pois, neste caso, todas as coisas seriam. E, com efeito, por causa disto, as coisas vistas e as coisas ouvidas serão, porque cada uma delas é pensada. (PSEUDO ARISTÓTELES apud DINUCCI, 2008, p. 200).

O fosso entre ser e pensar é aberto quando Górgias prossegue sua explanação fazendo recurso à visão, pois somente a visão pode ser critério para a visão e não o pensamento. O estatuto de existência das coisas não pode ser dado pelo pensamento, se o que ocorre foi um contato sensorial, que é distinto do pensamento.

Mas, se não é assim, e, do mesmo modo que as coisas que vemos, em nada mais são porque as vemos, assim as coisas que vemos não mais são pensadas porque as vemos, (e, com efeito, do mesmo modo que tanto muitos aí vêem estas coisas quanto muitos estas coisas pensassem), porque, portanto, seria mais evidente que tal coisa é? Mas não é evidente que tipo de coisas é verdadeiro. De modo que, se tais coisas também são, para nós seriam incognoscíveis. (PSEUDO ARISTÓTELES apud DINUCCI, 2008, p. 200).

Esse argumento é retomado e melhor explicitado na terceira tese do tratado no qual se argumenta, que se alguma coisa é e pode ser pensada não pode ser comunicada ao interlocutor.

4.1.3 Nada pode ser comunicado

Nesta terceira tese, há o recurso argumentativo da percepção sensorial que tem por objetivo dar suporte à incomunicabilidade do ser. Guthrie ao se debruçar sobre esse argumento, diz que esse recurso é inspirado em Empédocles, mestre de Górgias:

A tese repousa principalmente em ponto sobre o qual insistiu o mestre de Górgias, Empédocles, para quem cada sentido tem seus objetos próprios e não pode distinguir os de outro sentido (Teofr. *De sensu*7; vol.II,231). Se há coisas existindo fora de nós, serão objeto da vista, do ouvido, do tato e assim por diante. O nosso meio de comunicação é o discurso, que não é nenhum desses objetos externos, e é entendido diversamente. (GUTHRIE, 2007, p. 186).

Na citação acima, Guthrie aponta resumidamente a argumentação da tese da incomunicabilidade do ser. No tratado MXG a linha argumentativa segue à argumentação da

segunda tese, da incognoscibilidade do ser, fazendo a diferenciação das percepções sensoriais do pensamento e da palavra.

E, com efeito, se são cognoscíveis, como, diz [Górgias], poderia alguém comunicá-las a outro? Pois, diz, como poderia alguém comunicar a outro, pela palavra, aquilo que vê? Ou como poderia alguma coisa ser evidente para alguém que a escute e não a veja? Pois, do mesmo modo que a visão não conhece os sons, assim a audição não ouve as cores, mas os sons: e aquele que diz, diz, mas não a cor nem a coisa. Portanto, como poderia alguém, não tendo determinada coisa no espírito, vir a tê-la no espírito por intermédio de outra pessoa, através da palavra ou do signo, que é diferente da coisa, a não ser que ou, por um lado, veja-a, se for uma cor, ou, por outro, escute-a, se for um som? Pois, a princípio, ninguém diz nem o som nem a cor, mas a palavra. De modo que não é possível pensar a cor, mas vê-la, também não é possível pensar o som mas ouvi-lo. Se, no entanto, também é admissível tanto conhecer quanto ler a palavra, como o que escuta terá no espírito a mesma coisa?(PSEUDO ARISTÓTELES apud DINUCCI, 2008, p. 200-201).

Em outras palavras, não podemos experienciar uma percepção própria de um sentido através de outro sentido. O *logos* como é algo distinto dos sentidos, não pode comunicar coisa alguma percebida pelos sentidos. Ele não pode conter, como diz Aristóteles, a essência das coisas em si mesmo. Ele comunica somente a si mesmo.

Mas há algo que se deve levar em conta. O *logos*, o discurso, nasce das impressões sensíveis. A cada impressão sensorial relaciona-se a um tipo de discurso correspondente a essa impressão. “O *logos* não tem a função de exibir o objeto externo, é o objeto externo que nos fornece informação acerca do (significado do) *logos*.”(KERFERD, 2003, p. 168).

Górgias ao separar os sentidos, o pensamento e o *logos*, também considera que eles não se comunicam entre si. Mas ainda surge a questão sobre a possibilidade de transmitir a experiência particular sensorial de um indivíduo a outro de forma objetiva pelo discurso.

O Tratado MXG termina a paráfrase de Górgias apontando a incomunicabilidade do ser sob três justificativas. A primeira é que para que a comunicação de uma experiência de um indivíduo fosse dada a outro, seria impossível, pois “não é possível o mesmo estar simultaneamente em numerosas pessoas, pois um seria dois”. (PSEUDO ARISTÓTELES apud DINUCCI, 2008, p. 201).

A segunda é que mesmo se acontecesse de a mesma coisa ser pensada simultaneamente, “seria um, mas não dois”. A terceira é que nem mesmo o sujeito experimenta a mesma sensação do mesmo jeito nos diferentes sentidos.

No entanto, nem um mesmo homem parece perceber coisas semelhantes ao mesmo tempo, mas coisas diferentes pela audição e pela visão, e diferentemente tanto agora quanto antes, de modo que dificilmente alguém perceberia uma mesma coisa idêntica a uma outra. Assim, nada é; se é algo, é tanto porque as coisas não são as

palavras quanto porque ninguém tem no espírito a mesma coisa que outra pessoa.(PSEUDO ARISTÓTELES apud DINUCCI, 2008, p. 201).

Com a incomunicabilidade do ser de Górgias parece ser impossível ao *logos* transmitir o mundo. Ele transmite nada, pois o ser não é, e se fosse não poderia ser pensado ou comunicado. Esse posicionamento traz certo ceticismo, que a primeira vista pode causar espanto aos que entram em contato com o pensamento de Górgias.

Mas deve-se levar em conta o diálogo que essa teoria faz com Parmênides, com os demais eleatas e também com os pluralistas, como seu mestre Empédocles. Uma teoria como essa demonstra a impossibilidade do discurso, da palavra de conter o real, pois ele nada é. E onde nada é, tudo é possível. Nesse aspecto, o *logos* se abre para uma nova perspectiva, ele ganha autonomia em relação ao mundo, pois não possui a obrigatoriedade de dizê-lo e sim de mostrar a si próprio, mesmo sendo suscitado pela sensibilidade.

4.2 AS MÚLTIPLAS CARACTERÍSTICAS DO *LOGOS*

O *logos* gorgiano ao se libertar das “amarras” do mundo, ganha a possibilidade de recriá-lo, de moldá-lo conforme cada situação. Essa possibilidade abre perspectivas para que o próprio *Logos* desenvolva artifícios que garantam a persuasão.

A ausência de um conhecimento certo, garante à opinião vigorar nas mentes humanas, fornecendo terreno fértil à discursos que consigam persuadir o interlocutor. O *logos*, submetido a uma técnica, pode obter grande sucesso diante do auditório.

O *logos* gorgiano possui, portanto algumas características que fazem dele um poderoso senhor que, “por meio do menor e mais inaparente corpo, leva a cabo as obras mais divinas. Pois é capaz de fazer cessar o medo, retirar a dor, produzir alegria e fazer crescer a compaixão.” (GÓRGIAS, 2009, p. 3).

4.2.1 Ethos

O primeiro deles é o *ethos*, que possui duplo significado: O primeiro relaciona-se com o universo cultural ao qual um auditório está imerso. Na “Arte Retórica” de Aristóteles ele é denominado *topos* ou lugar, podendo ser comum quando se refere ao “senso comum” de um povo ou pode ser um lugar específico, se está relacionado a algum assunto próprio de uma determinada ciência.

O *ethos* é a fonte dos conhecimentos de um grupo que, é absorvido e reelaborado por um por um *logos* com o intuito de criara persuasão. Como pôde ser visto no primeiro argumento de Górgias para eliminar a culpa de Helena.

O segundo significado de *ethos* está relacionado ao primeiro. Sua ênfase se encontra no orador. *Ethos*, nessa segunda acepção, constitui a credibilidade do retórico em convencer o público a ele destinado. E essa credibilidade advém de seu conhecimento sobre o assunto a ser desenvolvido e sobre o conhecimento que ele tem do universo cultural do próprio auditório. Essa característica se une ao *kairós* no que tange à sensibilidade para com o interlocutor do discurso.

4.2.2 Kairós

O *kairós* constituía um elemento importante no discurso gorgiano. Esse elemento baseava-se no senso da ocasião ou do momento oportuno que possibilitava ao orador adaptar suas palavras conforme o público.

Nem sempre os mais pesados esforços lógicos de uma pesquisa fazem sucesso em uma assembléia popular. Por isso, a tarefa de escolher bem o vocabulário, a tonalidade de voz, a gesticulação corporal, garantia o sucesso do discurso.

4.2.3 Pathos

Esse elemento consiste em suscitar sentimentos e emoções no auditório. Conforme Aristóteles em sua “Arte Retórica”, o discurso será emocional seportar em si os sentimentos que deseja produzir. Nesse aspecto, o estilo usado pelo orador adquire suma importância no ato de discursar.

O estilo apropriado torna o assunto convincente, pois, por paralogismo, o espírito do ouvinte é levado a pensar que aquele que está a falar diz a verdade. Com efeito, neste tipo de circunstâncias, os ouvintes estão em tal estado que pensam que as coisas são assim, mesmo que não sejam como o orador diz; e o ouvinte compartilha sempre as mesmas emoções que o orador, mesmo que ele não diga nada. É por esta razão que muitos impressionam os ouvintes com altos brados. (ARISTÓTELES, 1959, p. 128).

O estilo gorgiano de produzir sentimentos se aproxima do estilo poético. Essa valorização da manifestação poética fez com que Górgias utilizasse figuras de linguagem,

como as analogias feitas entre discurso e a magia, entre o poder do discurso e o poder dos fármacos.

Górgias trouxe para o *logos* o poder encantador da poesia, o que provocou algumas críticas. Aristóteles, ao descrever os efeitos do *pathos* no discurso, tece alguns comentários sobre as habilidades de Górgias, e com relação ao uso de figuras de linguagem, como por exemplo, a metáfora, ele diz que Górgias faz um uso exagerado e “demasiado poético”.

4.2.4 Logos

Este elemento é denominado por Aristóteles como o uso da razão e do raciocínio, quer indutivo ou dedutivo, para a construção de um argumento. Kerferd constata, ao recorrer aos filósofos pré-socráticos, que o *logos* possuía múltiplos significados. Ele sintetiza os significados de acordo com o campo onde o *logos* está identificado. Desse modo, Kerferd percebe que o *logos* está relacionado com três áreas: mundo, pensamento e linguagem.

Logos parece ter, de fato deve ter, uma espécie de pé plantado em cada uma dessas três áreas: O logos de uma coisa é: (1) o princípio, ou a natureza, ou a marca distintiva, ou elementos constituintes da própria coisa; (2) o que nós entendemos o que ela é; e finalmente (3) a descrição verbal, relato, ou definição correta da coisa. Todas as três levantam a questão do ser. Pois o logos da coisa sob o título(1) é o que a coisa é; sob(2) é o que nós entendemos que ela é; e sob(3) é o que dizemos o que ela é. (KERFERD, 2003, p. 171).

Essas concepções de *logos* problematizam a questão do ser na medida em que o *logos* é encarado como um invólucro que pode conter em si mesmo a realidade do mundo e ser a interpretação objetiva dele na instância do pensamento humano.

No Tratado sobre o Não-Ser, Górgias ao abrir o fosso entre as instâncias do mundo, pensamento e linguagem, aponta que o *logos* não pode ser imitador da natureza das coisas, e nem o que se entende que essas coisas sejam efetivamente na mente. O *logos* gorgiano é distinto dessas instâncias e por isso, não pode revelá-los objetivamente.

Justamente por não possuir a obrigatoriedade de dizer o mundo, que foi posto em xeque na primeira tese de Górgias (Nada é), o *logos* está livre para dizer a si mesmo aos outros. Ele reúne em si todos os elementos citados anteriormente e essa reunião de artifícios retóricos o possibilita misturar-se com a opinião do interlocutor, atingindo a sua subjetividade, suas crenças e valores. Seu poder encantador, à semelhança da magia e da poesia, também é criador, construtor e reconstrutor de realidades.

5 CONCLUSÃO

Com o advento sofista, a concepção realista e dogmática de que aquilo que se estabelece por meio de um juízo sobre os fatos concretos constitui o real tal como é dito pela linguagem, começa a ser questionada. A ligação entre o conceito e a própria realidade, que garante uma unidade no critério de verdade, diante de uma situação de decisão em assembleia, onde muitas opiniões se chocam, começa a ser colocada em xeque.

Em uma situação de debate, dá-se grande importância ao poder que a palavra tem de estabelecer, por meio da discussão, o consenso entre os que debatem. Nesse sentido, a palavra persuasiva tem fundamental tarefa de produzir esse consenso pela garantia do convencimento e da adesão de, pelo menos, a maioria dos presentes em assembleia.

A *ágora* ateniense em sua “era de ouro” foi o palco de inúmeros debates e presenciou o surgimento de homens que constituíram a retórica como uma técnica de potencializar a palavra para estar a serviço do cidadão em assembleia.

Em Górgias de Leontini, o termo *Logos* ganha uma significação ligada à persuasão. *Logos* como palavra, sob a perspectiva gorgiana é palavra persuasiva, é discurso que se bem empregado, tem o poder de portar em si o mundo, mas não pela faculdade mimética, ou seja, como um mero reflexo da realidade. Esse poder é um poder criador, capaz de modificar as opiniões referentes a fatos, mesmo que estes sejam conhecidos pelos ouvintes. Ele repousa-se sob uma concepção de que o discurso não possui a obrigatoriedade de dizer o mundo em si mesmo.

O Elogio de Helena ilustra a relação do poder do *logos* situado no hiato entre o mundo em si e a percepção que se tem dele, que possibilita modificar a opinião acerca da figura mitológica de Helena, considerada como a causadora do conflito mítico entre gregos e troianos.

A probabilidade da inocência de Helena abre caminho para a reflexão sobre a relação entre os fatos concretos (mundo), percepção e interpretação do mundo (pensamento) e representação/expressão do mundo pela linguagem. Essa relação é trabalhada de modo mais aprofundado no tratado “Sobre o Não-ser”.

Nesse tratado, ao ser aberto uma separação entre as instâncias do mundo, pensamento e linguagem, aponta que o *logos* não pode ser reflexo, imitação da natureza das coisas, e muito menos expressar efetivamente a esfera do pensamento. A palavra gorgiana é distinta das instâncias do mundo e do pensamento e, por isso, não pode revelá-las objetivamente.

Essa não obrigatoriedade de dizer o mundo dá ao *logos* liberdade de dizer a si mesmo aos ouvintes. O *logos* munido com os artifícios retóricos *Pathos*, *Ethos* e *Kairós*, tem o poder de penetrar e misturar-se na opinião do interlocutor, atingindo a sua subjetividade, suas crenças e valores.

O *logos* gorgiano traz em seu bojo o ceticismo e o relativismo do conhecimento que desemboca em questionamentos epistemológicos, éticos, políticos e linguísticos, tais como: Existe a possibilidade de conhecer a verdade? Qual a relação entre o real e o discurso? O que é mais importante: o fato em si ou a opinião sobre ele? As pessoas agem segundo as opiniões ou segundo verdades universais? Como a retórica tem poder sobre a opinião das pessoas? E se existe o real, como é possível transformá-lo em engano?

Não há neste trabalho monográfico a pretensão de esgotar a temática, pelo contrário, suscitar outros concernentes ao conceito de *Logos* sofístico, as consequências epistemológicas, éticas e políticas da aplicação da técnica persuasiva na formação do cidadão na sociedade democrática ateniense do século V a.C..

Outro aspecto a se considerar para uma futura pesquisa é a trajetória da aceitação ou rejeição da ideia da palavra como “construtora de mundos” em alguns pensadores ao longo da História da Filosofia como, por exemplo, Platão em alguns de seus diálogos (Sofista, Górgias, Crátilo, Protágoras); Aristóteles na “Arte Retórica” ou em sua “Filosofia Primeira”, conhecida como “Metafísica”; até mesmo em Wittgenstein na metade do século XX no seu “Tractatus Logico-Philosophicus”.

O poder do *Logos* gorgiano é encantador como a magia e assemelhasse à poesia que envolve, seduz, suscita sentimentos, palavras e ações. O mesmo *logos* que seduziu Helena e a induziu a unir-se a Páris em Tróia, pôde ser capaz de inocentá-la de uma culpa que há séculos pairava sobre seu nome.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. Tradução: Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1959.

CASSIN, Barbara; LOURAU, Nicole; PESCHANSKI, Catherine. Gregos, bárbaros e estrangeiros: a cidade e seus outros. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993. (Trans).

DINUCCI, Aldo. **Paráfrase do MXG do Tratado do Não-Ser de Górgias de Leontinos**: apresentação e tradução. **Trans/Form/Ação**, Marília, v.31, n.1, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v31n1/v31n1a11.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2012.

FERREIRA, José Ribeiro. **A Grécia antiga**: sociedade e política. Lisboa: Edições 70, 1992.

GLOTZ, Gustave. **História econômica da Grécia**. Tradução: Vitorino Magalhães Godinho. Lisboa: Edições Cosmos, 1946.

_____. **A cidade grega**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

GORGÍAS. **Elogio de Helena**. Tradução: Daniela Paulinelli. Belo Horizonte: Anágnosis, 2009. Disponível em: <<http://anagnosisufmg.blogspot.com/2009/10/elogio-de-helena-gorgias.html>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

GÓRGIAS, **Testemunhos e Fragmentos**. Tradução: Manuel Barbosa e de Inês de Ornellas e Castro. Lisboa: Edições Colibri, 1993. (Mare Nostrum).

GUTHRIE, W.K.C. **Os sofistas**. Tradução João Resende da Costa. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** São Paulo: Loyola, 2004.

HOMERO. **Odisséia**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

KERFERD, George Briscoe. **O movimento sofista**. Tradução: Margarida Oliva. São Paulo: Loyola, 2003.

MOSSÉ, Claude. **Atenas**: a história de uma democracia. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1979.

MOURA, Carlos Soares de. **Grécia Antiga**: esquemas e textos. Belo Horizonte. Ed. Universidade Católica de Minas Gerais. 1981. (Cadernos UCMG, n.7. Série História).

PLATÃO. **Apologia de Sócrates**: Críton. Brasília: UNB, 1997. (Clássicos Gregos e Latinos).

_____. **Diálogos IX**: Teeteto - Crátilo. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

_____. **Górgias**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

PLATÃO; XENOFONTE; ARISTÓFANES. Defesa de Sócrates; Ditos e feitos memoráveis de Sócrates; apologia de Sócrates; as nuvens. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1972 / 1980. 230 p. (Os pensadores).

ROBINET, Jean-François. **O tempo do pensamento**. São Paulo: Paulus, 2004.